



Aline Osorio

Letícia Giovanini Garcia

Coordenadoras

Prefácio

Cármem Lúcia Antunes Rocha

Apresentação

Luís Roberto Barroso

DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E PARTICIPAÇÃO FEMININA

ELAS PENSAM O BRASIL

Área específica da obra

Direito Eleitoral.

Áreas afins do livro

Direito Constitucional.

Palavras-chave

Direito Eleitoral. Direito Constitucional.
Democracia. Igualdade de gênero. Mulheres.
Desinformação. Eleições.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 3649

“Democracia, Eleições e Participação Feminina” é uma demonstração da notável capacidade de produção científica de mulheres constitucionalistas e eleitoralistas de nosso país. Organizada por Aline Osorio e Letícia Giovanini Garcia, este volume reúne exclusivamente vozes femininas, que se dedicam a analisar, de maneira profunda e multidimensional, diversos debates e desafios contemporâneos relacionados à democracia, às regras do jogo eleitoral e ao papel das mulheres na política. Essa escolha deliberada busca demonstrar a importância de pensar o Brasil através de outras lentes.

Ministra Cármem Lúcia

A coletânea “Democracia, Eleições e Participação Feminina: Elas Pensam o Brasil” reúne artigos de quase 50 mulheres que ocupam posições de destaque no cenário jurídico e político do país. Este livro não apenas evidencia a crescente inserção feminina nos espaços de poder, mas também constitui uma resposta eloquente àqueles que ainda subestimam a liderança e a profundidade do pensamento teórico das mulheres juristas. Com suas contribuições, as autoras buscam influenciar decisivamente os rumos da interpretação dos direitos constitucional e eleitoral e da própria democracia. Em tempos de desinformação, polarização e desigualdade persistente, este livro emerge como uma intervenção essencial no debate sobre a integridade das eleições e a participação democrática. Ele será, sem dúvida, um marco na literatura jurídica brasileira, a demonstrar que a inclusão feminina é fundamental para repensarmos nossas normas e instituições, oferecendo soluções inovadoras para a realização das promessas constitucionais de construção de uma sociedade mais igualitária e de um país melhor.

Ministro Luís Roberto Barroso

D383 Democracia, eleições e participação feminina: elas pensam o Brasil / Aline Osorio, Letícia Giovanini Garcia (coord). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

594 p. 14,5x21,5cm
ISBN impresso 978-65-5518-886-8
ISBN digital 978-65-5518-885-1

1. Direito eleitoral. 2. Direito constitucional. 3. Democracia. 4. Igualdade de gênero. 5. Mulheres. 6. Desinformação. 7. Eleições. I. Osorio, Aline. II. Garcia, Letícia Giovanini. III. Título.

CDD: 342.07
CDU: 342.8

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

OSORIO, Aline; GARCIA, Letícia Giovanini (coord.). *Democracia, eleições e participação feminina: elas pensam o Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 594 p. ISBN 978-65-5518-886-8.

Aline Osorio

Mestra em Direito (LL.M.) pela Harvard Law School, Mestra em Direito Público pela UERJ. Secretária-Geral do Supremo Tribunal Federal e ex-Secretária-Geral do Tribunal Superior Eleitoral.

Letícia Giovanini Garcia

Mestra e Doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, pós-graduada em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Estado do Paraná e pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Paraná. Promotora de Justiça no Estado do Paraná desde 2009.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

“DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E PARTICIPAÇÃO FEMININA”

CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA 17

APRESENTAÇÃO

LUÍS ROBERTO BARROSO 23

I Introdução 23

II A obra 24

III Democracia, eleições e a necessária participação feminina no poder 28

PARTE I

DESAFIOS DA DEMOCRACIA E DESINFORMAÇÃO

MULHERES, PODER E DEMOCRACIA: CORRELAÇÃO NECESSÁRIA

EDILENE LÔBO, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA 35

1 Introdução 35

2 Voto feminino no papel 38

2.1 A segunda Constituição da República conta com a primeira deputada federal constituinte no Brasil 39

2.2 As mulheres integram a Assembleia Nacional Constituinte pela segunda vez em mais de 95 anos de República 42

2.3 O Manifesto e as ações afirmativas: luta renhida 43

3 Violência política como estratégia para calar a voz pública das mulheres 45

3.1 Paridade radical com equidade racial 46

4 Ações afirmativas para irrupção da paridade: vedação ao retrocesso 47

5 Notas finais: autonomia partidária para a execução do modelo paritário 48

Referências 50

DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO: A DESINFORMAÇÃO E SEU IMPACTO DESPROPORCIONAL SOBRE AS MULHERES

ALINE OSORIO 53

1 Introdução 53

2 O desafio da desinformação 54

3 A desinformação de gênero: origem, conceito e distinções 58

3.1 Ponto de partida: a desigualdade de gênero 58

3.2 O conceito 60

3.3 Correlações e distinções relevantes 63

4 Fundamentos e ferramentas para o enfrentamento da desinformação de gênero 65

5 Conclusão 68

Referências 69

DEEPFAKE, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ELEIÇÕES 2024: MAIS UM CAPÍTULO DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO NA HISTÓRIA DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, GIANNE DE FREITAS ANDRADE 73

1 Introdução 73

2 A contribuição das empresas de tecnologia para a erosão democrática e a necessidade de uma regulação mais efetiva de suas responsabilidades 76

3 A atuação normativa do TSE e a gradual regulação do ecossistema digital em prol da hígidez do processo político-eleitoral brasileiro 79

4 Conclusão 85

Referências 87

A APLICAÇÃO DA TEORIA DA “DEMOCRACIA DEFENSIVA” (*WEHRHAFTE DEMOKRATIE*) NA JURISDIÇÃO ELEITORAL

EZIKELLY BARROS	89
1 Introdução	89
2 A gênese da teoria da “democracia defensiva” (<i>die wehrhafte Demokratie</i>).....	90
3 A teoria da “democracia defensiva” na jurisdição eleitoral.....	93
3.1 Na eleição de 2018	94
3.2 Na eleição de 2022	98
4 Considerações finais	101
Referências.....	102

DIREITO, DEMOCRACIA E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO PROCESSO ELEITORAL

MARGARETE COELHO	103
Referências.....	115

REDES SOCIAIS, REGULAÇÃO E DEMOCRACIA

RENATA GIL DE ALCANTARA VIDEIRA	117
Referências.....	129

A JABUTICABA E O OURIÇO: RESPOSTAS DA GOVERNANÇA ELEITORAL BRASILEIRA AOS DESAFIOS DA DEMOCRACIA

ROBERTA MAIA GRESTA	131
1 Introdução	131
2 A jabuticaba: análise contextualizada das especificidades da governança eleitoral brasileira.....	133
2.1 Distinção entre as funções administrativa e judicial da Justiça Eleitoral no contexto da sua criação e no contexto atual.	139
3 O ouriço: a normalidade democrática como vetor de atuação finalística da justiça eleitoral.....	145
4 Considerações finais	151
Referências.....	151

INSTITUIÇÕES EM XEQUE: A OUSADIA DE DEFENDER A INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO PARA PROTEGER A DEMOCRACIA

SAMARA CASTRO, ROBERTA BATTISTI	155
1 Introdução	155
2 O papel crucial da Justiça Eleitoral na manutenção da integridade eleitoral	156
3 Globalizando a integridade: estratégias internacionais para a proteção da informação.....	159
4 Tecnologia e valores: construindo uma democracia resiliente na era digital	163
5 Conclusão	167
Referências.....	168

DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EN CRISIS: EL IMPACTO ELECTORAL RESULTANTE DE LA MANIPULACIÓN DE LAS *FAKE NEWS* EN EL UNIVERSO DE LAS REDES SOCIALES: LA CONSTRUCCIÓN DE LA DESINFORMACIÓN

VÂNIA SICILIANO AIETA	171
Referencias	186

PARTE II

REGRAS DO JOGO ELEITORAL

DIREITO ELEITORAL, CRIME E SUSPENSÃO DE EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO: UMA REFLEXÃO SOBRE COMPETÊNCIA E LIMITES À NEGAÇÃO DA SOBERANIA DO VOTO

DANIELA TEIXEIRA	189
-------------------------------	------------

A REPRESENTAÇÃO NEGRA NA POLÍTICA: REPARAÇÃO DEVIDA

VERA LÚCIA SANTANA ARAÚJO	195
Referências.....	197

AGENDA *ESG* E PARTIDOS POLÍTICOS: UMA INTRODUÇÃO AO TEMA DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E DE GOVERNANÇA NAS ESTRUTURAS E NOS PROGRAMAS PARTIDÁRIOS

ANGELA CIGNACHI BAETA NEVES	199
1 Introdução	199
2 Agenda <i>ESG</i> no ambiente corporativo.....	202
3 Agenda <i>ESG</i> nos partidos faz sentido?	208

5	Conclusão	215
	Referências.....	216

SUPREMO TRIBUNAL DOS DIREITOS POLÍTICOS FUNDAMENTAIS: UM OLHAR EM MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

CHRISTINE PETER DA SILVA, RAQUEL BEUTEL		219
1	Introito	219
2	Supremo Tribunal dos Direitos Fundamentais	221
3	O Supremo Tribunal Federal sob o olhar da sociedade brasileira	223
4	Direitos políticos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: 2020 a 2023	228
5	Considerações finais	236
	Referências.....	237

ASPECTOS ATUAIS SOBRE A PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO BRASIL E A NECESSIDADE DE UM MARCO REGULATÓRIO ESPECÍFICO PARA A DELIMITAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS

GABRIELA ROLLEMBERG, FERNANDA AGUIAR.....		239
1	Introdução	239
2	Marcos normativos.....	240
2.1	Constituição Federal	240
2.2	Legislação eleitoral.....	241
2.3	Lei nº 12.232/2010, que define as normas gerais para licitação e contratação de serviços de publicidade pela Administração Pública	241
2.4	Lei nº 13.303/2016, que define os limites de gastos com publicidade institucional no ano da eleição para as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias	242
2.5	Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021	242
2.6	Instruções normativas da Presidência da República.....	243
2.6.1	Instrução Normativa nº 2, de 14 de abril de 2023, que define os tipos de publicidade institucional e quais são permitidos três meses antes das eleições	243
2.6.2	Instrução Normativa SECOM/PR nº 4, de 23 de fevereiro de 2024: mitigação de riscos à imagem das instituições do Poder Executivo federal decorrentes da publicidade na internet	245
2.6.3	Instrução Normativa SECOM/PR nº 5, de 26 de fevereiro de 2024: obrigatoriedade de aplicação da marca do governo federal para identificar as ações de comunicação	245
3	O que não pode ser veiculado na publicidade institucional.....	246
4	Quanto às alterações trazidas pela Resolução TSE nº 23.735/2024, que dispõe sobre os ilícitos eleitorais	247
4.1	Quanto ao limite de gasto com publicidade institucional.....	249
4.2	Do uso de espaço institucional para realizar <i>lives</i>	249
4.3	Questões delicadas que envolvem a suspensão do conteúdo da publicidade institucional dentro do período vedado ...	251
5	Reflexões finais	253
	Referências.....	253

A POSSIBILIDADE DE VETO DO USO DE PARÓDIAS EM PLEITOS ELEITORAIS

JAMILE DUARTE COELHO VIEIRA, LAILA VIANA DE AZEVEDO MELO.....		257
1	O contexto discutido.....	257
2	O que dizem a legislação autoral e o Judiciário até agora.....	258
3	O que se passa nas eleições.....	260
	Referências.....	267

DEMOCRACIA PARA QUEM? A EXCLUSÃO RACIAL E DE GÊNERO NO SISTEMA POLÍTICO PELA VIA DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

LARA MARINA FERREIRA, SABRINA DE PAULA BRAGA.....		269
1	Introdução	269
2	Representatividade e déficit democrático brasileiro.....	270
3	Subfinanciamento de mulheres e de pessoas negras no Brasil.....	276
4	Eleições de 2024 e desafios à frente.....	282
	Referências.....	285

O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

LETÍCIA GIOVANINI GARCIA		289
	Referências.....	301

FINANCIAMENTO ELEITORAL DE GÊNERO E VEDAÇÃO AO RETROCESSO

LUCIANA LÓSSIO		303
1	Introdução	303
2	Cotas de candidaturas e sua fraude.....	305
3	Gastos de campanha, resultados eleitorais e financiamento de gênero.....	311

4	Vedação ao retrocesso social.....	315
5	Conclusão.....	317
	Referências.....	318

BOTE FÉ NAS ELEIÇÕES (?). PEQUENO DIÁLOGO SOBRE RELIGIÃO E POLÍTICA	
MARIA CLAUDIA BUCCHIANERI PINHEIRO.....	321

A CASSAÇÃO DE MULHERES ELEITAS COMO EFEITO COLATERAL AO DESCUMPRIMENTO DA COTA DE GÊNERO – UM CONTRASSENSE DEMOCRÁTICO		
MARILDA DE PAULA SILVEIRA.....	327	
1	Introdução.....	327
2	O contexto dos efeitos atribuídos à anulação de votos em razão da identificação de fraude na cota de gênero.....	328
2.1	A construção de um meio processual para apuração da fraude: ausência de previsão legal e inexistência de consequência própria.....	328
3	Como a ação afirmativa das cotas se voltou contra as mulheres eleitas?.....	332
4	Vamos às consequências: cassar todos os candidatos incentivaria a redução da fraude? Uma análise dos incentivos.....	334
5	Anulação de votos para garantia de um cardápio abstrato de opções: a compatibilização da consequência com a ação afirmativa.....	341
5.1	O princípio da proporcionalidade: interpretação conforme da legislação para a manutenção do mandato das mulheres eleitas.....	345
6	Conclusão.....	348
	Referências.....	349

PRODUÇÃO PROBATÓRIA, CAUSA DE PEDIR E SEGURANÇA JURÍDICA NAS AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL		
MARINA ALMEIDA MORAIS.....	351	
1	Introdução.....	351
2	Os limites da causa de pedir no contexto processual-eleitoral.....	352
3	Do entendimento firmado na AIJE nº 1943-58.....	354
4	Do entendimento firmado na AIJE nº 814-85.....	358
5	Do entendimento firmado na AIJE nº 1312-84.....	361
6	À guisa de conclusão: balizas para a conformação dos limites da causa de pedir e do caráter investigatório da AIJE ao princípio da segurança jurídica.....	361
	Referências.....	363

A CONTAGEM DO PRAZO DA INELEGIBILIDADE DECORRENTE DA CONDENAÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: UMA ANÁLISE À LUZ DO REGIME CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS POLÍTICOS		
MAYARA DE SÁ PEDROSA TORRES.....	365	
1	Introdução.....	365
2	O regime jurídico dos direitos políticos na Constituição de 1988.....	366
3	O regime jurídico das causas de inelegibilidade à luz da interpretação dos direitos políticos enquanto garantias fundamentais.....	370
4	A hermenêutica interpretativa da contagem do prazo da inelegibilidade decorrente de condenação por ato de improbidade administrativa.....	374
5	Conclusão.....	379
	Referências.....	381

A EXISTÊNCIA DE RELATIVA AUTONOMIA ENTRE AS INSTÂNCIAS ELEITORAL E DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: TEMA EM DEBATE NA REPERCUSSÃO GERAL PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		
VIVIANE CAVALCANTE MAGALHÃES.....	383	
1	Introdução.....	383
2	Da necessidade de se outorgar devida proteção aos bens jurídicos tutelados nas diversas instâncias de responsabilização.....	384
3	Da natureza diversa da ação por improbidade administrativa.....	390
4	Das hipóteses de mitigação da autonomia existente entre as instâncias punitivas eleitoral e de improbidade.....	393
5	Conclusão.....	397

PARTE III
PARTICIPAÇÃO FEMININA E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA

SIMONE TEBET	401
---------------------------	------------

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NOME SOCIAL: UM OLHAR PARA AS CONTRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SOBRE OS DIREITOS POLÍTICOS DAS PESSOAS TRANS

ANA CAROLINA DE CAMARGO CLÈVE	413
1 Introdução	413
2 O processo de institucionalização do nome social: uma breve retrospectiva dos principais marcadores do novo paradigma	415
3 Contribuições da Justiça Eleitoral para o reconhecimento jurídico do nome social	420
4 Considerações finais	423
Referências.....	424

MULHERES E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL – MECANISMOS DE COMPENSAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO POSITIVA

CARLA KARPSTEIN	427
1 Síntese	427
2 Representatividade feminina na política: a queda na qualidade da democracia e a necessidade de continuidade nos mecanismos de compensação.....	429
3 Distorção representativa proporcionada pela coligação proporcional e os efeitos de sua vedação	434
4 Do financiamento – distorções na aplicação da legislação.....	436
Conclusão	437
Referências.....	440

CANDIDATURAS FEMININAS: A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO E DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

CRISTINA MARIA GAMA NEVES DA SILVA, ANA CAROLINA ANDRADA ARRAIS CAPUTO BASTOS, JULIA DE BAËRE CAVALCANTI D’ALBUQUERQUE, MANUELA SIMÕES FALCÃO ALVIM DE OLIVEIRA	443
1 Introdução: direitos políticos e democracia	443
2 O cenário de sub-representação feminina no brasil.....	447
3 Evolução normativa e jurisprudencial	448
4 Injustificada resistência dos partidos políticos	451
5 A proteção constitucional às candidaturas femininas	453
Conclusão	457
Referências.....	458

AVANÇOS E DESAFIOS: O IMPACTO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA PRESENÇA DAS MULHERES NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

FABIANA CRISTINA ORTEGA SEVERO DA SILVA	461
1 Introdução	461
2 A atuação das mulheres por maior representação política na América Latina	463
3 As razões apontadas como justificativa para a ineficácia das cotas de gênero	467
4 Financiamento público e a promoção da paridade entre as candidaturas como estratégias para superar a sub-representação.....	470
5 Conclusões.....	474
Referências.....	475

INVESTINDO NA IGUALDADE: UMA ANÁLISE JURÍDICA DOS FUNDOS PÚBLICOS PARA A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES – AS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE NºS 5.617/DF E 7.419/DF

FABIANE PEREIRA DE OLIVEIRA	477
1 Introdução	477
2 Um pouco dos marcos históricos nacionais	480
3 O financiamento das campanhas eleitorais e os fundos públicos.....	483
4 Apesar das cotas e financiamento obrigatório, o Brasil ainda resiste, pior, tenta retroceder	485
5 Conclusões.....	487
Referências.....	489

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS PARTIDOS POLÍTICOS: A TRAJETÓRIA DO PT		
GLEISI HOFFMANN		493
O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA: A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO ACABA NA JUSTIÇA ELEITORAL?		
JAMILE TON KUNTZ		499
1	O machismo e a violência política de gênero na condução dos processos: a quem são destinadas as punições?	504
2	A inelegibilidade é a pior consequência imposta às candidatas fictícias?	510
3	Referências	512
CAMPANHA ELEITORAL DIGITAL: OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA AS CAMPANHAS DE MULHERES		
JÚLIA ROCHA DE BARCELOS		513
1	Introdução	513
2	Obstáculos às campanhas eleitorais de mulheres	514
3	As oportunidades de campanha na internet: horizontalidade e autonomia	517
3.1	Impulsionamento de propaganda eleitoral	519
3.2	Captação de recursos	520
4	Desafios: a violência política de gênero	522
4.1	Instrumentos para o combate à violência política de gênero	524
5	Considerações finais	526
6	Referências	526
O PAPEL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL NO COMBATE ÀS CANDIDATURAS FICTÍCIAS		
POLIANNA PEREIRA DOS SANTOS, BRUNA CAMILO DE SOUZA LIMA E SILVA, NICOLE GONDIM PORCARO		531
1	Arcabouço normativo e evolução jurisprudencial	532
2	Judiciário brasileiro: sistema sancionador	537
2.1	<i>Leading case</i> : RESPE 1-49 e RESPE 193-92	538
2.2	ARESPE 0600651-94	541
2.3	AI 339-86	543
3	Considerações finais	545
4	Referências	546
PARTIDOS POLÍTICOS E A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE PARTICIPAÇÃO FEMININA EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024		
RAQUEL BRANQUINHO P. MAMEDE NASCIMENTO		549
1	Introdução	549
2	A baixa representatividade política feminina. O gênero e a interseccionalidade. Mudanças legislativas para o enfrentamento desse fenômeno	550
3	A atuação dos organismos internacionais de direitos humanos para enfrentar a discriminação e a violência contra a mulher na esfera política. Os partidos políticos devem posicionar-se no centro desse debate	554
4	As eleições municipais de 2024: o que se espera dos partidos políticos para a efetivação das políticas afirmativas de garantia de participação feminina com êxito eleitoral	559
5	Conclusão	561
6	Referências	561
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS (ELEITORAIS) DAS MULHERES NO BRASIL		
ROBERTA MARIA RANGEL		565
1	Introdução	565
2	Da promoção do princípio constitucional da igualdade para as mulheres	566
3	A luta da mulher pelo sufrágio no mundo e no Brasil	569
4	Da <i>(des)igualdade</i> política dos gêneros	571
5	Ações do Poder Judiciário brasileiro na garantia dos direitos políticos das mulheres	572
6	Considerações finais	576
7	Referências	576
MICROAGRESSÕES E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO CONTRA MAGISTRADAS BRASILEIRAS		
SARA ZOLANDEK		579
1	Introdução	579
2	Microagressões e violência de natureza política	580
3	Conclusão	584
4	Referências	585
SOBRE OS AUTORES		587

Aline Osorio

Mestra em Direito (LL.M.) pela Harvard Law School. Mestra em Direito Público pela UERJ. Professora do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Secretária-Geral do Supremo Tribunal Federal e ex-Secretária-Geral do Tribunal Superior Eleitoral (maio 2020/fev.2022).

Ana Carolina Andrada Arrais Caputo Bastos

Advogada mestranda pela Università degli Studi di Roma, LL.M pela FGV, Vice-presidente da ABPC, Conselheira da OAB/DF e Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais. Cofundadora e ex-Presidente da Elas Pedem Vista, Mãe do Francisco e da Clara.

Ana Carolina de Camargo Clève

Doutoranda em Direitos Fundamentais e Democracia pela Universidade Autônoma do Brasil (UniBrasil). Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Professora de Direito Constitucional no Centro Universitário Autônomo do Brasil (UniBrasil). Advogada com atuação nas áreas de Direito Constitucional, Administrativo e Eleitoral. Presidente do Conselho Consultivo do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (IPRADE). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE). Membro fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA).

Angela Cignachi Baeta Neves

Advogada. Mestra em Função Social do Direito (FADISP/UNIALFA). Integrante do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE) e da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

Bruna Camilo de Souza Lima e Silva

Doutora em Ciências Sociais (PUC Minas). Mestre em Ciência Política (UFMG). Bacharela em Ciências do Estado (UFMG). Pesquisadora (Fiocruz Minas Gerais). Membro da Associação Visibilidade Feminina e da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

Carla Karpstein

Advogada em Curitiba, mestranda pela Fundação Universitária Iberoamericana/Universidad Europea del Atlántico, autora de artigos, professora do curso de pós-graduação em Direito Eleitoral da UniCuritiba (2010-2011) e da Universidade Positivo (2016-2017). Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/PR (2007-2009 e 2016-2018). Fundadora e membro do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (IPRADE), membro do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE) e membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

Christine Peter da Silva

Doutora e Mestra em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Professora associada do mestrado e doutorado em Direito das Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Pesquisadora do Centro Brasileiro de Estudos Constitucionais ICPD/UniCeub. Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal. E-mail: christinepeter@uol.com.br.

Cristina Maria Gama Neves da Silva

Advogada e sócia de Lacombe e Neves da Silva Advogados Associados. Mestra pela University of California (Berkeley). Especialista em Direito Constitucional pelo IDP e em Teoria Crítica em Direitos Humanos pela Universidad Pablo Olavide (Sevilha). Cofundadora e diretoria jurídica da Elas Pedem Vista.

Daiane Nogueira de Lira

Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (biênio 2024-2026). Advogada da União. Ex-Secretária-Geral do Supremo Tribunal Federal (2018-2020). Ex-Chefe de Gabinete de Ministro no Supremo Tribunal Federal.

Daniela Teixeira

Ministra do Superior Tribunal de Justiça.

Edilene Lôbo

Ministra substituta do TSE e professora doutora em Processo Civil da UIT-MG e Direito Eleitoral da PUC Minas.

Ezikelly Barros

Advogada com mais de 14 anos de atuação perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Mestra em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Membro fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Autora de inúmeros livros e artigos jurídicos sobre a temática eleitoral-partidária.

Fabiana Cristina Ortega Severo da Silva

Advogada em Brasília, especialista em Direito Eleitoral e Partidário. Atua em campanhas eleitorais desde 2008.

Fabiane Pereira de Oliveira

Mestra (2020) e Doutora (2024) em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Secretária-Geral do Supremo Tribunal Federal (2016). Assessora-Chefe do Senado para fins do *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff (2016). Assessora do Ministro do STF Ricardo Lewandowski (2016-2023). Relatora da Comissão de Juristas do Senado Federal para a elaboração de um anteprojeto de uma nova lei do *impeachment* (2022). Professora de Direito, palestrante, articulista. Fundadora (2019) e Presidente do Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados – IEJA (2024).

Fernanda Aguiar

Advogada, graduada em Direito pelo Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA). Pós-graduada em Direito Eleitoral no Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e pós-graduada em Direito Digital, Gestão da Inovação e Propriedade Intelectual pela PUC Minas. Vice-Presidente da Comissão de Direito Digital da OAB-PA (2022-2024).

Gabriela Rollemberg

Advogada, professora e autora especializada em Direito Eleitoral. Sócia do escritório Gabriela Rollemberg Advocacia. Secretária-geral da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP) (2015-2017 e 2019-2021). Vice-Presidente da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB (2016-2019). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE). Organizadora e coautora do livro “Aspectos Polêmicos e Atuais no Direito Eleitoral”. Autora do “Manual do Candidato”. Organizadora e coautora do livro “Tópicos Avançados de Direito Processual Eleitoral”. Professora em diversos cursos de pós-graduação, dentre eles o Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP) e a Escola Nacional de Advocacia (ENA).

Gianne de Freitas Andrade

Juíza Federal. Juíza Auxiliar do Supremo Tribunal Federal. Ex-Juíza Instrutora do Supremo Tribunal Federal. Ex-Advogada da União.

Gleisi Hoffmann

Deputada federal e presidente do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores desde julho de 2017.

Jamile Duarte Coelho Vieira

Advogada, mestranda em Direito Constitucional, ex-desembargadora eleitoral/TRE-AL, membra da ABRADEP e IDEA e especializada em Direito Constitucional pela UFAL, membra da Comissão Especial de Estudos de Reforma Política do CFOAB.

Jamile Ton Kuntz

Especialista em Direito Público (Univali) e em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral (Universidade Positivo). Analista Judiciário no TRE-PR.

Julia de Baére Cavalcanti d’Albuquerque

Advogada e Mestra pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Cofundadora e Presidente da Elas Pedem Vista. Mãe do Daniel e do Rafael.

Júlia Rocha de Barcelos

Consultora de Políticas Públicas. Mestra em Direito Político e Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Direito Constitucional pelo Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE). Cofundadora e Vice-presidente da Associação Visibilidade Feminina. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

Laila Viana de Azevedo Melo

Especialista em Direito Digital (Mackenzie) e Mestra em Direito da Cidade (UERJ). Advogada.

Lara Marina Ferreira

Mestra em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora na Especialização em Direito Eleitoral na PUC Minas Virtual. Professora na Especialização em Financiamento de Campanha e Prestação de Contas na Universidade Estadual de Roraima (UERR). Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Especialista em Temas Filosóficos na UFMG. Coordenadora de Responsabilidade Social no Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG).

Letícia Giovanini Garcia

Promotora de Justiça no Estado do Paraná desde 2009, Mestra e doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, pós-graduada em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Estado do Paraná e pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Paraná, autora das obras “Mulheres, Política e Direitos Políticos”, publicada pela Editora Almedina, e “Manual de Direito Eleitoral e Gênero: aspectos cíveis e criminais”, publicada pela editora Juspodivm.

Luciana Lóssio

Advogada. Ex-Ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Membro da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) e do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE). Observadora eleitoral convidada por organismos internacionais. Doutoranda em Direito pela Universidade de Salamanca. Ex-Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República (2014-2016). Ex-Presidente da Associação de Magistradas Eleitorais Ibero-Americanas (2016-2017).

Margarete Coelho

Doutora em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília. E-mail: margaretecoelho@uol.com.br.

Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro

Advogada. Mestra em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo. Foi a 9ª mulher a integrar o Tribunal Superior Eleitoral como ministra.

Maria Thereza de Assis Moura

Ministra Presidente do STJ e Professora Doutora de Processo Penal da USP.

Manuela Simões Falcão Alvim de Oliveira

Advogada. Sócia da Aragão Feitosa Alvim de Oliveira Advocacia. Cofundadora e Vice-Presidente da Elas Pedem Vista.

Marilda de Paula Silveira

Mestre e doutora em Direito Público pela UFMG. Professora de Direito Administrativo e Eleitoral do IDP/EDB e coordenadora acadêmica da pós-graduação em Direito Eleitoral da mesma instituição. Vice-Diretora da EJE/TSE. Vice-Presidente do IBRADE. Membro da ABRADep. Pesquisadora líder do Observatório Eleitoral IDP/EDB, ETHICS4AI e pesquisadora membro do CEDAU/USP. Coordenadora da Transparência Eleitoral Brasil. Advogada sócia da Silveira e Unes Advogados Associados.

Marina Almeida Morais

Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás – UFG (2021). Presidente da Comissão de Direito Político e Eleitoral da OAB/GO (2022-2024). Membro Consultora da Comissão Especial de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB (2022-2024). Advogada e professora.

Mayara de Sá Pedrosa Torres

Advogada especialista em Direito Eleitoral e membro do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral.

Nicole Gondim Porcaro

Mestre em Direito Público (UFBA). Especialista em Direitos Fundamentais (IGC/CDH). Assessora Legislativa na Câmara dos Deputados. Advogada. Secretária-Geral da Associação Visibilidade Feminina. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP) e do Instituto Parla.

Polianna Pereira dos Santos

Doutoranda em Direito (UnB). Mestra em Direitos Políticos (UFMG). Especialista em Ciências Penais (IEC PUC Minas). Professora de pós-graduação em Direito Eleitoral (PUC Minas e IDP). Assessora chefe da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. Diretora Editorial da Associação Visibilidade Feminina. Membro Fundadora da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP).

Raquel Beutel

Bacharela em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Bacharelada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Membro pesquisadora do Núcleo de Estudos Constitucionais (NEC).

Raquel Branquinho P. Mamede Nascimento

Procuradora Regional da República e coordenadora do Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero da Vice-Procuradoria-Geral Eleitoral.

Renata Gil de Alcantara Videira

Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Juíza titular da 40ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Graduiu-se em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro em 1994. Mestra pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Foi presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) de 2019 a 2022. Também é autora de artigos e livros e palestrante. Idealizadora de campanhas para o combate à violência doméstica e pela igualdade de gênero.

Roberta Battisti

Advogada, Mestra em Direito Político e Econômico Mackenzie-SP, com foco em direitos digitais e governança da internet. Graduada em Direito e autora do livro “Regulação das Big Techs”, pela editora Almedina. Foi coordenadora de políticas de liberdade de expressão e enfrentamento à desinformação na Secretaria de Políticas Digitais da SECOM da Presidência da República e membro do comitê de enfrentamento à desinformação do Programa Nacional de Imunização e Políticas Públicas de Saúde do Governo Federal. Foi pesquisadora no Instituto Liberdade digital, Early Career Fellow e consultora sênior de Políticas Públicas do Capítulo Brasil da Internet Society para os temas Criptografia e Responsabilidade de Intermediários.

Roberta Maia Gresta

Doutora em Direito Político (UFMG). Mestra em Direito Processual (PUC Minas). Coordenadora do curso de Especialização em Direito Eleitoral da PUC Minas Virtual. Professora. Analista Judiciária (TRE-MG). Assessora (TSE).

Roberta Maria Rangel

Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP. Mestra em Direito Tributário pela PUC-SP. Advogada.

Sabrina de Paula Braga

Doutoranda, Mestra e graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente dos cursos de pós-graduação em Direito Eleitoral e Processual Eleitoral da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Universidade Estadual de Roraima, do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Ensino Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Servidora da Justiça Eleitoral. Assistente de Pesquisa da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal

Superior Eleitoral/EJE-TSE. Integrante da Comissão de Promoção de Igualdade Racial no âmbito da Justiça Eleitoral. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Integrante do Conselho Consultivo da Transparência Eleitoral América Latina

Simone Tebet

Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento. Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É advogada e foi professora universitária de Direito. Foi ainda Senadora pelo Mato Grosso do Sul entre 2015 e 2022.

Samara Castro

Diretora do Departamento de Promoção da Liberdade de Expressão na Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Mestre em Direito Público e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, é advogada especializada em Direito Eleitoral e Digital. Coordena a estratégia de enfrentamento à desinformação sobre políticas públicas no Governo Federal e o Programa Saúde com Ciência. É membro do Comitê de Enfrentamento da Desinformação sobre o PNI e as Políticas de Saúde Pública. É membro do Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPD) e Encarregada de Dados Pessoais Setorial da SECOM para o Plano de Proteção de Dados da Presidência da República, e parte da Coordenação de Governo para regulação da Inteligência Artificial. Integra o Observatório de Violência contra Jornalistas e Comunicadores do Ministério da Justiça e representa a SECOM na Rede de Aplicação do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). Internacionalmente, participa do Grupo de Trabalho de Economia Digital do G20, atuando no eixo de Integridade da Informação. Em 2023, foi selecionada para o The Vital Voices Global Dialogue e premiada no 23º Global Leadership Awards da Vital Voices na categoria de Ação Coletiva. Possui especializações em Ciência de Dados aplicada ao Direito pela PUC Rio e em Direito Eleitoral pela PUC Minas. Profissionalmente, liderou a Comissão de Liberdade de Expressão da OAB/RJ, foi vice-presidente da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB/RJ, coordenou a comunicação da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP) e participou do Observatório Eleitoral e da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/RJ.

Sara Zolandek

Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Ex-juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. Especialista em Direito Processual Civil.

Vera Lúcia Santana Araújo

Ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral, na classe dos juristas. Advogada. Compõe a Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB, é ativista da Frente de Mulheres Negras do DF (FMNDF) e integrante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD).

Vânia Siciliano Aieta

Profesora del Programa de Posgrado en Derecho de la Facultad de Derecho de la UERJ, Postdoctorado en Derecho Constitucional de la Universidad de Santiago de Compostela, España, y de la PUC-Rio, Brasil. Doctora en Derecho Constitucional por la PUC-SP, Magíster en Teoría General del Estado y Derecho Constitucional por la PUC-Rio. Investigador visitante en la Universidad de Santiago de Compostela, España, y Visiting Scholar en la Università Unitelma Sapienza, Roma, Italia.

Viviane Cavalcante Magalhães

Especialista em Direito Público pela Fundação Getúlio Vargas. Analista da Área Judiciária do Superior Tribunal de Justiça. Assessora-chefe da Assessoria Jurídica de Gerenciamento de Precedentes junto ao Supremo Tribunal Federal do Gabinete do Procurador-Geral da República.